

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO****ELEIÇÕES GERAIS**Começa a disputa pelo
voto da comunidade

*

ALUNOS CARENTESEstudantes questionam
concessões de bolsas

CONSELHOS

Consun esclarece normas para eleições acadêmicas

Algumas dúvidas sobre as normas das eleições acadêmicas, que acontecem entre 13 e 17/6, foram levadas pela Comissão Central Eleitoral (CCE) ao Conselho Universitário (Consun) na quarta-feira, 25/5.

A presidente da comissão, Celina Nasser – também assessora da Reitoria – decidiu consultar o conselho sobre dois aspectos da deliberação 05/2005, que regula o processo eleitoral. Primeiro, sobre quais professores podem votar, e para quais cargos; depois, sobre quais os docentes em condição de ser candidatos.

A norma diz que “todo professor e funcionário que estiver no *efetivo exercício* de suas funções no ano letivo corrente e mantenha vínculo empregatício com a universidade” está apto a votar. De acordo com a presidente da Comissão, porém, esses termos têm gerado interpretações diferentes nas unidades – o que seria, de fato, o efetivo exercício da função de professor?

Depois de debater o assunto, o Consun chegou a um consenso: a não ser que o docente esteja em licença sem vencimentos, está habilitado a votar, mesmo que esteja atuando só em funções administrativas ou lecionando apenas na pós-graduação.

A segunda dúvida tomou me-

nos tempo. O conselho apenas teve de reafirmar o que a deliberação já cita: podem candidatar-se nessas eleições apenas professores pertencentes ao quadro de carreira da universidade. Substitutos, docentes com contratos temporários e outros casos estão impedidos. Eventuais recursos devem ser apresentados à comissão.

Ouvidoria

O Consun também oficializou a criação do setor de Ouvidoria da

universidade. O professor Fernando Altemeyer Júnior, da Teologia, vem exercendo a função desde o fim do ano passado, mas na condição de assessor da Reitoria.

Foi decidido que o cargo poderá ser ocupado por professores ou funcionários, através de indicação da Reitoria ao Consun, que deverá sabatinar o nome. Com isso, a Reitoria deve indicar o próprio Altemeyer nos próximos dias.

O mandato do ouvidor terá duração de dois anos, prorrogáveis por mais dois.

PROFESSORES

Comissão começa a historiar crise da PUC

Os professores que compõem a Comissão de Acompanhamento e Estudo da Crise da PUC iniciaram suas atividades na semana passada. Os docentes decidiram começar pela elaboração de um histórico da crise, trabalhando com dados oficiais para traçar um quadro das formas como os problemas são apresentados.

As reuniões da comissão

acontecem todas as segundas-feiras, às 17h, na sede da APRO-PUC.

A diretoria da associação reúne-se com a Reitoria nesta terça-feira, 31/5, para discutir a contraproposta dos professores sobre a reposição das perdas salariais, aprovada em 16/5. Uma nova assembléia da categoria está marcada para 8/6, quarta-feira, em sala a ser confirmada.

Até onde chegam os militares norte-americanos

As denúncias de torturas e assassinatos de prisioneiros afegãos, iraquianos e de ultraje contra a religião dos muçulmanos, por militares norte-americanos, não fazem senão expor a face do imperialismo. A descrição do suplício praticado contra Dilawar e Mullah, pelos norte-americanos, no Afeganistão, e a conseqüente morte não é novidade. Os militares norte-americanos têm uma enorme ficha de especialização – tão aperfeiçoada quanto a dos franceses na guerra contra a independência da Argélia – das técnicas de tortura e do requinte de crueldade. Não há limites para crimes contra prisioneiros.

Dilawar foi pendurado pelos braços no teto da prisão da base aérea de Belgran e suas pernas foram moídas a pancadas. Está aí o retrato da barbárie da civilização capitalista.

Os EUA ocupam militarmente o Afeganistão e o Iraque, e para combater a resistência usam de todo o seu poder, violando inclusive acordos internacionais criados pelas próprias potências. Os torturadores alegam que não fizeram senão seguir a orientação do secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que decretou a não-aplicabilidade das Convenções de Genebra no combate ao terrorismo. O governo Bush criou a prisão de Guantánamo, em território cubano, ocupado à força, para que as torturas fossem feitas fora dos EUA.

Os democratas e republicanos não querem que a população de seu país tenha clareza da infâmia que praticam, acobertando-a com o sorriso dos direitos humanos e da democracia.

A denúncia de que os militares espezinham as convicções religiosas dos prisioneiros muçulmanos usando o Alcorão mostra que não se limitam a arrancar confissões pela dor física, procuram humilhar o quanto puder suas presas. Sabemos que a guerra não tem nada de conflito religioso, mas que comparece como um componente na resistência nacionalista dos muçulmanos não submetidos aos mandos do imperialismo.

Para deslocar parte da classe dominante dos povos muçulmanos e enfraquecer a resistência nacionalista, a burguesia norte-americana e seu governo procuram separar os bons e os maus seguidores do Alcorão. Mas é nas prisões, nos porões, que a ideologia de liberdade do imperialismo mostra-se crua e nua.

O imperialismo é o capitalismo monopolista que, como tal, impõe-se pela força sem limites. Por cima de tudo e de todos, está a necessidade das potências de aumentarem constantemente a dominação dos países semicoloniais.

O movimento internacional da classe operária, demais trabalhadores e juventude têm a tarefa de denunciar as prisões, torturas e assassinatos praticados pelos EUA. A campanha em defesa dos prisioneiros é parte da luta para derrotar e expulsar o imperialismo do Iraque e Afeganistão. Chega de massacres! Fora o imperialismo do Iraque e Afeganistão! Direito à autodeterminação dos povos!

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

Cursinhos populares reivindicam bolsas retroativas

Reunido em 16/5, o Movimento dos Cursinhos Populares condenou os critérios adotados pela Reitoria para a concessão de bolsas aos alunos da graduação. Dos 1238 alunos que apresentaram pedidos, 270 foram contemplados com bolsas-doação da PUC, 73 ocuparam as vagas remanescentes do ProUni e alguns outros entram no programa Bolsa Família. Segundo carta divulgada pelo Movimento, cerca de 552 estudantes comprovaram carência financeira e ficaram de fora da relação de bolsistas.

Outro alvo de reclamação dos estudantes é o fato de que mesmo os alunos que receberam bolsas-doação da PUC terão pagar as mensalidades de fevereiro, março e abril, mais a taxa de inscrição, pois a bolsa só começa a vigorar a partir de maio. Em alguns casos, este débito atingiria a quantia de R\$ 5 mil, considerada elevada para quem, comprovadamente, possui carência financeira.

Procurada pelo *PUCviva*, a assessora da Vice-Reitoria Comunitária Célia Forghieri, responsável pelo setor de bolsas, afirmou que, embora não esteja nos planos da PUC a isenção destes meses e da

taxa de matrícula, a universidade está procurando adequar a situação de cada bolsista às suas possibilidades financeiras. Assim, para cada caso está sendo estudada uma forma de parcelamento a longo prazo, até em 15 ou 20 vezes. Para a assessora, houve um avanço na concessão das bolsas, que, nos anos anteriores, não eram concedidas no primeiro semestre letivo do aluno ingressante.

Outras reivindicações

O Movimento dos Cursinhos Populares realizará um encontro para avaliar a situação dos estudantes carentes da PUC. A principal bandeira de luta do movimento é que todos alunos carentes permaneçam na universidade, independente de condições financeiras ou acadêmicas.

Os estudantes reivindicam também benefícios como bolsa-alimentação, xerox e transporte aos alunos carentes, matrícula imediata dos inadimplentes e que todos os mais de mil inscritos para o processo seletivo de bolsas tenham o direito de estudar na universidade.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - *PUCviva* na Internet: www.apropucsp.org.br.

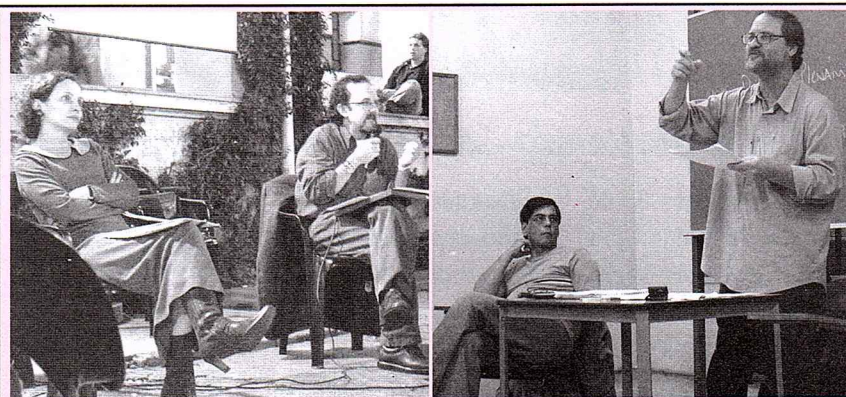
Terminam as inscrições de candidatos

Encerraram-se na sexta-feira, 20/5, as inscrições para as eleições gerais da universidade. Serão escolhidos novos diretores de Centros e Faculdades, Chefes de Departamento, Coordenadores de Cursos e Programas e representantes discentes e docentes nos conselhos superiores e das faculdades.

Segundo a professora Celina Nasser, presidente da Comissão Central Eleitoral, o processo de inscrição foi tranquilo, registrando-se algumas situações que contrariam a deliberação que regulamenta o processo eleitoral. Entre elas está a do candidato Willis Santiago Guerreira Filho, inscrito para a presidência do pós-graduação, que não pertence ao quadro de carreira.

Em várias unidades, registrou-se mais de uma candidatura para o mesmo cargo. A principal disputa deverá ocorrer no câmpus Marquês de Paranaguá, onde quase todos os cargos serão disputados entre duas chapas. Também deve haver acirradas disputas na Faculdade de Direito, onde o professor Marcelo Figueiredo concorre com a professora Beth Carraza e na Faculdade de Ciências Sociais, onde Rogério Arantes concorrerá com Antonio Rago Filho, num processo que está movimentando a universidade (veja matéria nesta página).

As eleições ocorrem entre os dias 13 e 17 de junho, e as apurações acontecem logo após as votações em cada setor.



FOTOS DE ALICIA PERES

À esquerda, Mônica de Carvalho e Rogério Arantes, da Chapa "Uma Questão de Atitude". Ao lado, Douglas Santos (esq.) e Antonio Rago, da chapa "Autonomia e Participação"

Debates esquentam eleições para Ciências Sociais

Na semana passada, os candidatos à direção da Faculdade de Ciências Sociais participaram de quatro debates com os estudantes, promovidos pelo CACS.

Na noite da segunda-feira, os candidatos Rogério Arantes e Mônica de Carvalho apresentaram suas propostas, que incluem a busca de mais diálogo e participação dos estudantes em órgãos colegiados, a internacionalização da Faculdade de Ciências Sociais, e a busca de recursos para investir em infra-estrutura e espaço físico.

A inscrição de duas chapas para o pleito rompeu com um antigo acordo de rodízio de departamentos na direção da Faculdade. Se o pacto fosse mantido, seria a vez do Departamento de História indicar o candidato. "Cabe à democracia suplantar a história, e não à história suplantar a democracia", afirmou Rogério, que pertence ao Departamento de Política, para justificar sua candidatura.

No quadro geral, o professor considerou que "o modelo adotado até agora conseguiu fazer com que o salário dos professores aumentasse em 30% acima do Dieese, nos últimos dez anos, mas também as mensalidades aumentaram 30% acima do Dieese. Num momento de crise, nosso lado acadêmico não deve sucumbir ao sindicalismo ou ao corporativismo". Questionados por diversos estudantes a respeito da recente demissão de doze

funcionários da universidade, os candidatos não se posicionaram, alegando que não caberia a eles julgar o assunto. Já sobre sua ligação a atual Reitoria, Mônica de Carvalho, que apoiou a campanha de Maura Vêras, disse ter autonomia em relação a qualquer grupo.

Na terça-feira o debate ocorreu com a outra chapa, de Antônio Rago Filho e Douglas Santos. Entre as propostas, também constam a internacionalização "de diálogo com universidades sem comprometer a autonomia da PUC", explicou Douglas, a idéia de ouvir mais os estudantes não só nos conselhos, e de reestruturar os setores das faculdades, inclusive buscando treinar os funcionários "que já foram 15 e agora são 12".

Sobre as demissões de funcionários, Rago afirmou que "a Reitoria um dia diz que tudo passará pelos colegiados, mas no outro demite sem consulta; isso é uma imperícia e uma falta de respeito e humanidade". Os candidatos pretendem organizar reuniões sistemáticas com os estudantes para além dos colegiados, sem desrespeitar tais instâncias, mas para abrir um canal de diálogo mais democrático, já que nos conselhos os alunos são minoria. Sobre o processo eleitoral, reconheceram a existência de duas chapas como positiva para a disputa política. A respeito da Reitoria, disseram que guardam autonomia — daí, inclusive, o nome da chapa: Autonomia e Participação.

Auditoria pública e estatização: um outro caminho

CA de Ciências Sociais

Nas últimas eleições para reitor, muito se discutiu das soluções para a grave crise financeira da PUC, trazendo para o debate o modelo de universidade em que podemos pensar e pelo qual podemos lutar.

A instalada crise financeira acarretou, a partir de 2003, uma escalada de atraso de salários, ameaças a direitos trabalhistas dos funcionários e professores e ao próprio futuro da PUC como instituição com reconhecido caráter acadêmico.

As medidas da atual Reitoria, desde que assumiu, vêm no sentido de tensionar ainda mais estas contradições, fazendo a opção de aplicar as ações de cima para baixo, arrogando-lhe o papel de gestor da universidade. Tais ações, pelo contrário da propaganda oficial, não são somente de caráter administrativo, mas possuem forte essência política. Sendo assim, chocam-se contra o propalado democratismo da PUC.

A recente demissão de funcionários, o endurecimento das negociações salariais com os trabalhadores da PUC; o iniciado ajuste estrutural, com o aumento de mensalidades e a expansão da universidade para Santana – sem a mínima infra-estrutura que garanta a pesquisa e a vida acadêmica de qualidade; o conturbado processo de licitação do restaurante universitário, com a participação estudantil descartada em seu início; e o aumento da criminalização dos movimentos discentes, inclusive com ameaça de punição de cinco estudantes da Faculdade de Ciências Sociais, baseada em relatórios deturpados da segurança comunitária, não nos deixam mentir, e fornecem um quadro de grave ameaça à aura democrática e à face mais pública da PUC. Nunca, como antes, o perigo desta universidade voltar-se somente para o mercado foi tão claro.

A Vice-Reitoria Administrativa, no papel do seu titular, professor Flávio Mesquita Saraiva, representa esta tendência privatista e de implantação de um modelo empresarial de gestão da universidade. Vejamos: o quadro de aumento do déficit operacional da PUC, no montante de cerca de dois milhões de

reais por mês, na cabeça de professores com uma mentalidade empresarial, indica apenas um único caminho, o qual parece o ideal. E, na cabeça deles, este será o único caminho.

Caminho este que entra em parceria com a Reforma Universitária do Governo Lula, e representa, no contexto do ensino brasileiro, as bases para a readaptação privatista do Ensino Superior. O estabelecimento de Parcerias Público-Privadas na Educação, cujos maiores expoentes são o ProUni e a Lei de Inovação Tecnológica, buscam uma mudança no financiamento das universidades públicas e privadas e a autonomia entendida como subordinação ao governo e ao mercado. Os posicionamentos críticos da PUC (instituição) com relação à Reforma Universitária vão somente no sentido de querer se diferenciar das universidades privadas que surgiram na década de 90. Ao invés de estabelecer uma crítica clara à Reforma Universitária, defende somente a idéia de que, por ser diferenciada, deve ter mais direitos que as outras universidades. Fecha-se no próprio umbigo, fazendo lobby por mais esmolas do Governo Federal, ao invés de criticar um modelo que vem destruindo há tempos o ensino superior no Brasil.

Apenas a sinalização de cortes de funcionários e a busca de empréstimos num grande banco “porque os juros são menores”, remontam às claras um indicativo de que esta universidade se manterá endividada por mais e mais anos com um banco maior, e deverá fazer seus “ajustes” internos. Por bem ou por mal da comunidade.

Esta não é a única alternativa na qual podemos crer. Não podemos acreditar que esta universidade assumirá o caráter de uma empresa da Educação. Estudantes para estudar e pagar, professores para lecionar e funcionários para servir. O espantoso é que falar em moratória da dívida, estatização da universidade e auditoria pública independente causa calafrios na gestão da universidade e em muitos professores que apoiaram a candidata Maura. Muitos destes professores fazem na prática o que condenam em sala de aula: ajudam a insular os vários setores administrativos da universidade, chancelando e respaldando as ações da Reitoria. Até

que um dia o corte chegue ao seu departamento. Enquanto isso, salve-se quem puder.

Nos anos 80 e no início dos anos 90, a estatização da universidade era muito comentada e defendida, até por aqueles que hoje se identificam com o perfil mais privatista da PUC. Este assunto sumiu das discussões internas, culpa de outró “pacto” – este mais velado, promovido pela gestão Ronca no início do seu mandato, que à custa de aumentos das mensalidades pôde sustentar o pagamento dos salários de professores e funcionários em dia, mantendo-se no poder sob um aparente clima de estabilidade. Este “pacto” esfacelou-se.

O atual modelo de gestão estagnada indica apenas dois caminhos: a total privatização com o afunilamento para um modelo lucrativo, colocando em xeque até o perfil da filantropia – o recente processo do Cursinho da Poli não nos engana sobre como este caminho não tem mais volta – ou a defesa do modelo público. Modelo que não se sustenta mais com a carapuça “não-estatal”, mas com um movimento político e consciente que pense a estatização como alternativa e meio de sobrevivência da PUC. Este é o melhor instante para o debate, quando passamos por um momento decisivo da Educação Superior no Brasil.

Para aqueles que querem uma PUC comprometida com a responsabilidade social da Universidade, a saída para o impasse passa pela estatização sob controle democrático de funcionários, professores e estudantes. Lutar pela estatização é também lutar pela autonomia da universidade. Esse debate deve obviamente extrapolar os muros da PUC, trazendo a tona à discussão do acesso amplo e irrestrito ao Ensino Superior.

Para aqueles que ainda falam de autonomia da PUC e a perda desta com a estatização: que autonomia pode-se almejar pagando juros para os bancos, mesmo que estes “sejam os maiores”?

**Centro Acadêmico de Ciências Sociais –
Gestão Palmares**

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Entidades pedem federalização das investigações do caso Dorothy

A APROPUC recebeu nova correspondência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Prelazia de Xingu, relatando as dificuldades que os trabalhadores rurais estão enfrentando com o inquérito instaurado pelas autoridades paraenses. A seguir, transcrevemos a carta recebida pela associação.

“A pedido de nosso coordenador da CPT Xingu, padre Amaro, que na primeira semana de abril esteve com vocês participando no Tuca do *Ato contra a impunidade*, queremos agradecer o apoio e a solidariedade à nossa luta. Os camponeses dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, nossa equipe CPT Xingu, o Comitê Irmã Dorothy, a Prelazia do Xingu e

todos os que lutam por justiça e paz denunciam a omissão das autoridades paraenses para lidar com conflitos fundiários e proteger possíveis vítimas de assassinatos. Mais de três meses após o brutal assassinato de nossa Dorothy, os camponeses vivem um clima de insegurança e incertezas. Nada foi feito para regularizar os lotes e os madeireiros continuam derrubando a floresta com o apoio da polícia. Mandamos para o Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, abaixo-assinados solicitando a federalização da investigação, do processo e do julgamento do assassinato de Dorothy Stang. Acreditamos que somente unindo as forças das organizações poderemos cobrar a refor-

ma agrária, a proteção e defesa dos Direitos Humanos e fortalecer o combate à impunidade. Certamente, os camponeses de Anapu e de todo o Brasil merecem a proteção prolongada de suas vidas e de seus direitos. Frente à grave situação das famílias de camponeses sem direito à saúde, à educação, enfim, a tudo o que garante vida e liberdade, pedimos que vocês nos ajudem, cobrando das autoridades os direitos que nos são negados, e até mesmo com material escolar para nossas crianças. Agradecemos vossa atenção e o inestimável apoio e solidariedade”.

Toninho Ribeiro, CPT do Xingu (cptatm@amazoncoop.com.br)

REFORMA SINDICAL

Lançamento da Revista PUCviva nº23

02/junho - quinta-feira - sala 333 - 19h

Julio Turra - Diretor da Executiva da CUT Nacional
Força Sindical
Oposição da CUT

17/junho - sexta-feira - sala 239 - 19h

José Maria - Conlutas
Vagner Gomes - Cut Nacional
Mazé Cutinhola - Comissão de Base do Sintusp

Apresentação da revista:

Maria Beatriz C. Abramides - diretora da APROPUC-SP

IMPUNIDADE: REVISTA DE DEFESA
E TRABALHOS - PUBLICADA NO MÊS DE
JULHO DE 2007 Nº 23

Rola na rampa

Comunidade prepara a campanha

Desarquivando o Brasil

Diversos setores da comunidade puquiã, junto com familiares de vítimas da ditadura militar, estão organizando os preparativos da campanha *Desarquivando o Brasil*, contra o sigilo nos arquivos militares – especialmente os da ditadura 1964-1985. Em junho, um grande ato vai marcar o lançamento da campanha, junto com um abaixo-assinado voltado a toda a população, condenando a lei federal que abre espaço para o sigilo eterno nos arquivos militares. Tal lei foi sancionada recentemente pelo presidente Lula, e permite que a abertura de ar-

quivos que o governo considere essenciais para a segurança nacional seja adiada constantemente, e por tempo indeterminado. Um ato na PUC em abril já analisou a fundo a norma, que vem sendo considerada como inconstitucional, por ter surgido de uma Medida Provisória – as MPs não podem regular assuntos referentes à cidadania. CACS, Leão XIII, APGe Programa de Pós-graduação em História integram a organização da campanha até agora. A próxima reunião do grupo acontece nesta quinta-feira, 2/6, às 18h, na sala 4E-8 (4.º andar do Prédio Novo).

PM reprime ato contra demissões em Bauru

A APROPUC recebeu na semana passada uma moção contra a ação repressiva da Polícia Militar de Bauru (SP), que em 16/5 expulsou à força um grupo de trabalhadores que ocupava uma agência do Banespa no centro da cidade. A manifestação repudiava a demissão de funcionários do banco, ocorrida no início do mês. Três dias antes, o grupo já havia ocupado a agência, que ficou sem prestar atendimento. O banco tentou acabar com

o movimento na Justiça, mas o pedido não foi acolhido. No segundo protesto, a PM resolveu forçar a entrada de funcionários, expulsando os manifestantes com o auxílio de gás pimenta. Doze deles foram presos – dez diretores do Sindicato dos Bancários de Bauru e Região, um dirigente da CUT local e um usuário do banco – e só foram liberados à noite. As moções de repúdio estão sendo enviadas por entidades ao governo do Estado.

Semana da Saúde começa nesta segunda

A 5.ª Semana da Saúde na Universidade terá 16 palestras de orientação nos campi Monte Alegre, Marquês e Derdic. Problemas sérios como estresse, diabetes, colesterol, obesidade, alergias respiratórias, hipertensão, câncer de próstata, depressão, alcoolismo e hepatite estão entre os temas abordados. Na Derdic, os encontros acontecem no

salão do 1.º andar; na Marquês, na sala 12; e no campus Monte Alegre os eventos dividem-se entre o Auditório Banespa, o anfiteatro superior do Tuca e a sala 528, no 5.º andar. Entre os palestrantes, médicos, psicólogos e professores da própria PUC-SP. A programação completa pode ser consultada no site da AFAPUC: www.afapuc.org.br.

Administração e Publicidade bem avaliados pelo MEC

Os cursos de Administração de Empresas e Publicidade e Propaganda da PUC-SP obtiveram conceitos altos na reavaliação do Ministério da Educação, que ocorreu em abril. Nos quesitos Organização Didático-Pedagógica e Corpo Docente, ambos tiveram suas condições julgadas como “muito boas”. As instalações do curso de Publicidade obtiveram o mesmo conceito. Na Administração, as instalações foram consideradas apenas “boas”.

Professores apoiam Depto. de Jornalismo

Na semana passada, 23 professores de Jornalismo subscreveram um abaixo-assinado em apoio à nota divulgada pelo Departamento no PUCviva n.º 531. O texto, assinado pelo chefe do Departamento, Hamilton Octavio de Souza, reafirma críticas ao procedimento adotado pela gestão anterior da Vice-Reitoria Acadêmica nos contratos de professores do Departamento.

Confira as atividades do Tuca

Esta segunda-feira, 30/5, é o último dia para visitar a exposição de arte *Preservação e memória*, no saguão do Tuca-rena. Em outubro, as seis artistas criadoras das obras, que integram o grupo *Uroboros*, levarão a exposição à Universidade Paris 8, na França. Na próxima se-

mana (7/6), o músico Luiz Tatit vem ao Tuca para se apresentar e conversar, dando continuidade ao projeto *Letra e música – conversas sobre a canção*, coordenado pelo professor Arthur Nestrovski, do pós em Semiótica. Mais informações em www.teatrotuca.com.br.